

RETIRADA DO BRASIL DA LIGA DAS NAÇÕES

O Brasil foi um dos membros fundadores da Liga das Nações, organização internacional criada em 1919, ao final da Primeira Guerra Mundial. Em 1926, porém, durante o governo Artur Bernardes (1922-1926), retirou-se da organização depois de ver recusado seu pleito por um assento permanente no Conselho. A atitude brasileira em todo o episódio foi motivo de críticas tanto interna quanto externamente.

As origens da questão remontam à Conferência da Paz de Paris, que levou à assinatura do Tratado de Versalhes. O chefe da delegação brasileira, o então senador pela Paraíba Epiácio Pessoa, participou da comissão encarregada de redigir o texto do Pacto da Liga, aprovado por decisão unânime da Conferência. Com o apoio decisivo do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, o Brasil foi designado pelo artigo 4 do Pacto como um dos membros não permanentes do Conselho, juntamente com Bélgica, Espanha e Grécia, aos quais deveriam somar-se as principais potências aliadas e associadas (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) como membros permanentes.

Como os Estados Unidos ao final não aderiram à Liga, o Brasil foi por um tempo o único país americano com assento no Conselho e procurou assumir a condição de porta-voz do continente e continuador da obra do presidente Wilson (tese do “mandato implícito”). Beneficiado pela ausência de regras definidas para a ocupação dos assentos temporários, o Brasil passou a ser anualmente reeleito para o Conselho, a despeito da recomendação da Assembleia de que se aplicasse um sistema de rodízio nas cadeiras não permanentes. Assim, durante o governo Epiácio Pessoa (1919-1922), caracterizado por uma linha de contentamento e de baixo perfil na política externa, o Brasil se encontrava plenamente satisfeito com a posição que havia alcançado em Genebra, e não havia ainda uma política estabelecida no sentido de obter um lugar permanente naquele órgão.

O governo Artur Bernardes fez da campanha do assento permanente a sua meta diplomática fundamental, conscientemente perseguida desde 1923 por seu ministro das Relações Exteriores, José Félix Alves Pacheco. O objetivo principal era assegurar a continuidade da

presença brasileira no órgão máximo da Liga, ameaçada pela pressão crescente de outros países que buscavam uma vaga no Conselho pelo voto da Assembleia. Em 1924, foi criada a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, para a qual foi nomeado como embaixador Afrânio de Melo Franco, deputado por Minas Gerais.

A tese central era a da representação “americana” no quadro permanente do Conselho: na ausência dos Estados Unidos, o Brasil seria o candidato da América Latina com as melhores credenciais, dadas as dimensões de sua população e território, entre outros fatores. Várias fórmulas foram aventadas, como a hipótese de que o Brasil e a Espanha (cuja promoção a membro permanente o Brasil vetara em 1921) ocupassem provisoriamente os lugares reservados aos EUA e à Alemanha. O Brasil também chegou a postular sozinho a interinidade no posto que, em tese, deveria pertencer aos EUA. Ao longo dos anos, a candidatura se tornou um fim em si mesmo. Embora o governo brasileiro avaliasse que a Liga tratava de assuntos de pouco interesse direto para o Brasil, a saída do Conselho foi antevista como um *capitis deminutio* que afetaria negativamente o prestígio internacional do país.

Nesse ínterim, foram concluídos, em outubro de 1925, os acordos de Locarno, que buscavam reintegrar a Alemanha no conjunto europeu e, ao mesmo tempo, fortalecer o sistema da Liga das Nações com o ingresso alemão no Conselho como membro permanente. A aquiescência da Liga era requerida e, para esse fim, foi convocada uma sessão extraordinária da Assembleia, em março de 1926. Entretanto, o espírito de reconciliação foi abalado com o anúncio da candidatura da Polônia (aliada da França) a um assento permanente, o que levou diversos países a igualmente reivindicar um lugar no Conselho. Criou-se um impasse, com graves repercussões na política interna dos países europeus.

De modo incisivo, o Brasil também renovou sua candidatura, como se desafiasse a noção arraigada de que somente “grandes potências” poderiam ser membros permanentes. O presidente Bernardes, colocando a questão em termos de dignidade nacional, definiu que a delegação brasileira deveria votar contra qualquer aumento do número de cadeiras

permanentes caso o Brasil não fosse contemplado (“vencer ou não perder”). Promessas anteriores de apoio, todavia, não resistiram às exigências impostas pela crise. Os países latino-americanos, com os quais eram mantidas relações algo distantes, se dissociaram à última hora da posição brasileira. Rigorosamente adstrito às instruções presidenciais, Melo Franco comunicou aos demais membros do Conselho, em 17 de março, que vetaria a admissão da Alemanha, gesto que forçou o adiamento da Assembleia por falta de acordo.

País periférico de peso econômico e militar pouco expressivo na época, excluído das negociações secretas, o Brasil não foi o único a mostrar pouca flexibilidade durante a crise de março. Contudo, ao escolher o caminho da confrontação aberta, o país foi acusado de intransigência e serviu como bode expiatório para desviar o foco dos desentendimentos entre as potências locarnistas. Referindo-se à obstrução brasileira, o representante francês considerou “inadmissível” o fato de que Liga se defrontasse com tais “paralisias humilhantes”. O fracasso da Assembleia extraordinária, resultante sobretudo de questões não resolvidas da política europeia, foi imputado quase que exclusivamente à postura assumida pelo Brasil no tema da composição do Conselho.

Uma comissão formada em seguida para estudar o assunto propôs o aumento do número de membros não permanentes, que seriam eleitos o mais cedo possível para assumir imediatamente suas funções. Tal artifício permitiria remover o Brasil do Conselho, se necessário, a tempo de garantir a unanimidade para a entrada da Alemanha em setembro. Diante disso, o governo brasileiro informou ao Secretariado, em 12 de junho, sua decisão de retirar-se da Liga, sob a alegação de que a organização, controlada pelas grandes potências europeias, havia abandonado os ideais americanos que inspiraram sua criação.

Sem um projeto claro sobre qual deveria ser a estratégia global de inserção externa do país, a maior motivação do governo brasileiro para continuar na Liga sempre havia sido a presença no Conselho. Quando esta se tornou inviável, visto que a perda do assento não permanente era dada como certa em 1926, diminuiu consideravelmente o interesse do Rio de Janeiro em participar da organização. Ao afastar-se dos assuntos europeus que dominavam a agenda em Genebra, o Brasil indicou que pretendia estreitar suas relações

com as repúblicas americanas, em particular com Washington. O Brasil em verdade não possuía interesses vitais em jogo na Liga, e os Estados Unidos, seu principal aliado político e parceiro comercial, tampouco pertenciam àquela organização multilateral. Seguiu-se um período de deseuropeização da política externa brasileira e retorno à esfera pan-americana (isolacionismo hemisférico), reforçado com a confirmação definitiva da retirada do Brasil da Liga em 1928, já no governo Washington Luís (1926-1930).

Apesar de desligado da organização, o governo brasileiro não obstante continuou a prestar o que chamou de “colaboração desinteressada” à Liga, participando de algumas conferências internacionais e trabalhos em áreas técnicas. O Brasil, por exemplo, permaneceu na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e manteve Epiácio Pessoa como juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) até 1930.

Eugênio Vargas Garcia

FONTES: CERVO, A.; BUENO, C. *História*; GARCIA, E. *Entre*; LEUCHARS, C. *Brazil* (v.12, p. 123-142); RODRIGUES, J.; SEITENFUS, R. *Uma história*; SANTOS, N. *Brésil*; SOARES, J. *Brasil*.